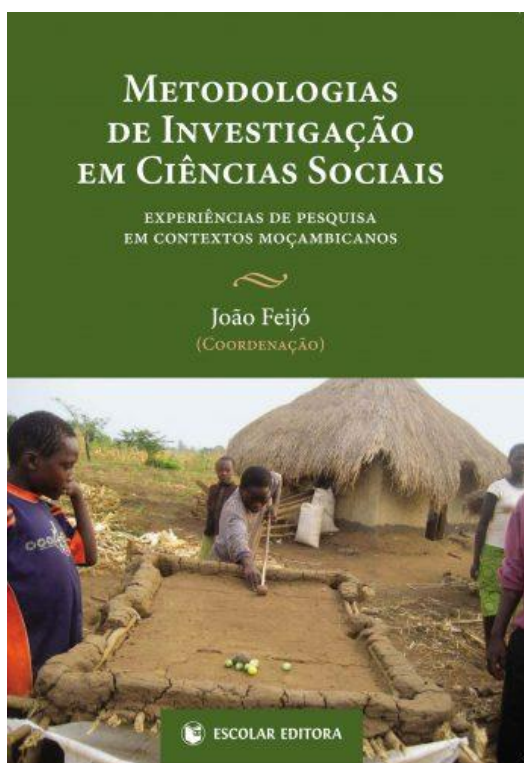


Apresentação da Obra:

Metodologias de Investigação em Ciências Sociais *Experiências de Pesquisa em Contextos Moçambicanos*

Francisco Noa



Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o amável e estimulante convite que me foi feito para fazer uma leitura inaugural desta obra a todos os títulos meritória não só pelo seu conteúdo, mas muito particularmente pelo conjunto respeitável de pesquisadores aqui reunidos.

As minhas felicitações, em especial para os organizadores, João Feijó e João Mosca, por esta oportuna e significativa iniciativa e por terem conseguido reunir de forma tão concertada um escol de pensadores tão diversos. Uns iniciantes, outros mais experientes, numa cumplicidade criativa

para afirmar e tonificar uma área de conhecimento tão incompreendida, quando não maltratada, a das ciências sociais. Estamos, pois, perante um exercício colectivo de produção e problematização do pensamento de que o país e academia carecem e de que todos nos devemos orgulhar. O reparo feito pelos organizadores sobre a falta de cultura de pesquisa sistemática nas nossas instituições de ensino superior, além de certo, põe a nu uma situação intolerável na nossa actividade académica.

Há, neste trabalho, independentemente dos inevitáveis, legítimos e necessários questionamentos que a sua leitura exige, um inequívoco simbolismo e um alcance que vão muito além das motivações que o presidiram. Isto é, reconhece-se no conjunto e em cada um dos intervenientes, um sentido de missão, inconformismo, resiliência, coerência, combatividade e de compromisso com o conhecimento científico, nas suas diferentes acepções, numa espécie de sacerdócio que parece ser exercido com uma ênfase equivalente ou superior às lógicas que definem as tendências mentais e comportamentais da nossa perturbadora contemporaneidade.

Outro aspecto que gostaria de registar, que domina e atravessa toda a obra, é o didactismo de que se armou cada um dos autores para construir o seu texto. Podemos dizer que há, pelo efeito que daí decorre, um propósito indisfarçado e intencional de iniciar e armar os leitores com os princípios, métodos, protocolos, conceitos, técnicas, problemáticas, estratégias argumentativas e, sobretudo, toda uma filosofia que está subjacente no que são, ou no que se entende serem ciências sociais.

Aliás, falar, defender e investigar hoje, no âmbito das ciências sociais, num contexto generalizado da incompreensão, banalização quando não de hostilização, à mistura com alguma ignorância em relação à essência, função e importância dessa área de conhecimento, é seguramente, um acto de grande ousadia e destemor intelectual.

É verdade que, desde a sua origem, no século XIX, ao se confrontarem com uma multissecular tradição e domínio das ciências naturais e exactas, as ciências sociais têm transportado dentro de si, uma espécie de estigma que, perversamente, participa da sua razão de ser:

- **Primeiro**, a sua *legitimidade*, isto é a sua *cientificidade*: em que medida é que as ciências sociais, ao debruçarem-se sobre um objecto móvel e instável (o ser humano nas suas relações ou situações

sociais e tudo o que lhes é correlato) podem ser consideradas *ciência*? Mais a mais, quando sabemos que esse mesmo objecto perturba a mobilização de um discurso objectivo, exacto, definitivo e universal. Se tivermos em conta a conclusão arrasadora de um Alain Touraine (2005) sobre a morte das sociedades, sobre o fim do social, afinal, para onde nos transportam epistemologicamente as ciências sociais? É, aliás, no seu peculiar jeito argumentativo que Elísio Macamo parece responder a esta questão relativa à precariedade do objecto nas ciências sociais, no seu artigo intitulado “A ruptura com o senso comum e a produção do conhecimento científico”. Afirma ele, a dado passo: “a ideia que temos do mundo pode influenciar a maneira como abordamos o objecto de estudo, até ao ponto de o desfigurar e tornar impossível a compreensão do fenómeno em causa”. Além de considerar o método o mais importante

na actividade científica, algo que será genericamente assumido por praticamente todos os autores desta obra, será no papel do sujeito e sobretudo no trabalho da interpretação onde são colocadas grande parte das responsabilidades do trabalho de produção de conhecimento científico.

- O **segundo** aspecto que concorre para a estigmatização, ou mesmo auto estigmatização das ciências sociais, é o da sua *utilidade*. Isto é, sobretudo se atendermos às cada vez mais tentaculares e esquizofrénicas lógicas neoliberais que assentam, muitas vezes, num materialismo utilitarista, estreito, vazio e inconsequente. É verdade que a ideia utilitarista da ciência provém da Revolução Científica (sécs. XV-XVIII), sobretudo na sua versão anglo-saxónica, mas ela retornou hoje com uma força extraordinária que raia a irracionalidade, e que se identificaria com a “nova ignorância” ou com a “nova cegueira”, a que se refere Edgar Morin (2005).

Na interiorização do espírito emblemático das ciências sociais, muito bem interpretada não só pelo já referido Elísio, mas também por Paulo Granjo, seria o de problematizarmos o próprio conceito de utilidade. Se concordarmos com Ortega y Gasset, a ciência consiste em substituir o saber que parecia seguro por uma teoria, ou seja, por algo problemático. E são exactamente os embaraços, as ambiguidades e as incertezas que envolvem todo o trabalho investigativo que dominam o artigo-depoimento de Sheila Khan. Partindo da sua própria experiência como pesquisadora, casando as ciências sociais às ciências humanas, enfatiza o papel das subjectividades na construção do conhecimento científico, de tal modo, e segundo ela, a investigação, no essencial, é o resultado entre as nossas experiências humanas e sociais e a nossa relação com outras experiências humanas.

- O **terceiro** aspecto que as ciências sociais sempre levantaram e levantarão sempre, normalmente para si próprias, é metodológico. Afinal, qual a metodologia ou metodologias mais adequadas e que permitem a sua inscrição dentro do universo científico?

É seguramente para responder a esta e outras questões inter-relacionadas, sem obviamente esgotá-las, que temos, hoje, em mão, *As Metodologias de Investigação em Ciências Sociais*, e que apesar de privilegiarem o universo moçambicano, perfilam-se numa corrente global, permanente e estruturante das ciências sociais de questionarem, questionando-se, de repensarem as dinâmicas das relações entre os homens repensando-se, de conceptualizarem o mundo, conceptualizando-se.

É, pois, neste exercício de auto-referencialidade, aliado ao alinhamento do método com o exercício interpretativo que as ciências sociais legitimam a sua existência, bem como a sua fortuna, mas também as insuficiências que lhes são atribuídas, sobretudo, quando a referência-âncora são as ciências naturais e exactas. Entende-se, pois, que, no artigo “O uso de estatística em economia, génese, importância e constrangimentos”, apesar de inteligentemente reconhecerem a necessidade da complementaridade metodológica e da relevância da

interdisciplinaridade, as jovens pesquisadoras Máriam Abas e Natacha Bruna concluem a dado passo: “As estatísticas conferem rigor e autoridade científica a um estudo, uma vez que permitem a quantificação, a generalização e a precisão”.

E a demonstração do recurso às estatísticas, realizada competentemente por Rafica Abdulrazac, em “Técnicas de amostragem”, parece dar corpo, de forma aparentemente indiscutível, à convicção mais ou menos generalizada de que essa base metodológica, e o instrumento a ela associado, garantiam, ou garantem, enfim, às ciências sociais a sua legitimidade científica. Porém, não exclusivamente e em múltiplas circunstâncias, não necessariamente. Trata-se, na verdade, de mais uma ferramenta entre as várias ferramentas metodológicas de que são férteis as ciências sociais.

É o que aliás podemos verificar com as reflexões e os exemplos trazidos por Teles Huo, quando discute os problemas metodológicos gerais na articulação entre teoria e investigação empírica; ou por Uacitissa Mandamule e João Feijó, ao analisarem a importância da entrevista enquanto uma técnica preciosa, muitas vezes decisiva, na recolha de informações complementares para uma pesquisa bem-sucedida; ou ainda, o mesmo João Feijó, quando destaca as múltiplas valências e os cuidados a ter em conta na preparação, condução e análise dos resultados dos grupos focais; ou, então, António Júnior, que

com exemplos concretos nos orienta sobre o inquérito por questionário, enquanto valioso instrumento de recolha de dados, nas suas diferentes etapas (planificação, construção, recolha, análise e apresentação de resultados).

Sintomaticamente, e à imagem dos restantes artigos, somos aqui avisados sobre as potencialidades e limitações de cada um dos métodos e dos instrumentos utilizados. Facto que acaba por ser vincado de forma penetrante por Bruno Reis que, discutindo, no seu texto, teorias e análises de conteúdo, recomenda que “toda a tarefa metodológica deve contemplar, em si mesmo, um processo de vigilância epistemológica”. Vigilância que deve ser apanágio de todo o pesquisador, seja ele quantitativista ou qualitativista.

A dicotomia “quantificação vs qualificação”, a que também se refere Elísio Macamo, tem muitas vezes funcionado como o separador de águas entre o que é mais ou menos científico.

O que torna verdadeiramente desafiadora a área das ciências sociais é que ao mesmo tempo que elas procuram legitimar uma determinada evidência e o conhecimento sobre um objecto, elas convocam os mecanismos auto legitimadores do processo que conduz a essa evidência.

Tanto Paulo Granjo, com o texto intitulado “O detalhe, a excepção e a regra: fazer estudos de caso etnográficos”, como Jonas Mahumane, com o artigo “Etnografia e etnografados – uma narrativa sobre a

experiência de pesquisa de campo no sul de Moçambique”, explorando e aplicando o processo conjugado e vital em ciências sociais, da observação/interpretação, analisam e discutem as peripécias factuais e epistemológicas dos afamados e problemáticos *estudos de caso*, sobretudo quando eles tendem a legitimar generalizações. Granjo, que vai mais longe e com relativa profundidade, sustentando-se nas experiências e reflexões do antropólogo britânico Max Gluckman, alerta sobre os riscos de procedimentos científicos apriorísticos e tautológicos, e sublinha a importância dos detalhes e das excepções, bem como da contextualização para o estudo científico das situações sociais.

A questão do acesso aos arquivos, das fontes documentais, que também é abordada pelos diferentes autores desse livro, ganha uma dimensão e uma densidade particulares com uma das maiores e mais antigas referências das ciências sociais em Moçambique: Gerhard Liesegang que, na sua intervenção, discute com propriedade as dinâmicas inerentes ao acesso, selecção e utilização das fontes de arquivo. Oferece-nos, por outro lado, uma rápida trajectória histórica dos arquivos como também a tipologia dos documentos. E uma chamada de atenção providencial, no seu artigo, prende-se com um dos maiores flagelos contemporâneos da actividade científica, em particular nas ciências sociais, onde a impostura intelectual traduzida em acções de plágio, tende a

generalizar-se e institucionalizar-se. Não só no nosso país, mas globalmente.

Em determinado momento, Auguste Comte concedeu que não se pode conhecer completamente uma ciência se não se conhecer a sua história. Claramente os artigos de Isabel Casimiro e de João Carrilho parecem dar substância à constatação comtiana. Assim, a primeira traça um quadro histórico sobre a génese e o percurso das ciências sociais em Moçambique, muito à volta do papel e da importância do Centro de Estudos Africanos, numa clara defesa da pesquisa-acção e do compromisso político das ciências sociais, cuja função não deve ser só de interpretar e compreender os fenómenos, mas também de concorrer para a transformação da sociedade. Por seu lado, João Carrilho, também num exercício de memória histórica, à mistura com um olhar crítico, torna-nos presentes dois métodos participativos, fazendo apologia da sua validade e vitalidade: o Diagnóstico Rápido Rural (DRR) e o Diagnóstico Participativo Rural (DPR).

Estes dois últimos artigos impõem-se sobretudo como uma demonstração da amplitude conceptual das ciências sociais, dos instrumentos teóricos e metodológicos aplicados e das motivações e funcionalidades que lhes podem estar associados.

Em jeito de conclusão, nesta leitura provisória e inacabada deste vasto, multifacetado e notável painel de reflexões

sobre as ciências sociais, tendo como pano de fundo o nosso país, somos, uma vez mais, obrigados a sublinhar que o que aparentemente fragiliza o domínio das ciências sociais é exactamente o que o torna fascinante e desafiador, quando não inquietante: nada é absolutamente definitivo, tudo se questiona, tudo (o sujeito mais as suas próprias percepções) se move contra qualquer verdade duradoura, estável e englobante. A multidimensionalidade, multifuncionalidade, complexidade e mutabilidade da realidade social assim o exige.